

Apontamentos sobre a relação ontogenética entre trabalho e conhecimento

Notes on the onto-genetic relationship between labor and knowledge

Helena de Araújo Freres*

Susana Jimenez**

Jackline Rabelo***

Maria das Dores Mendes Segundo****

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO/UECE). Professora substituta da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: helenafreeres@hotmail.com

** Ph.D em Educação. Professora da UECE. Diretora do IMO/UECE. E-mail: susana_jimenez@uol.com.br

*** Doutora em Educação. Professora da UFC. Pesquisadora do IMO/UECE. E-mail: jacklinerabelo@uol.com.br

**** Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos da UECE (FAFIDAM/UECE). Pesquisadora do IMO/UECE. E-mail: mendessegundo@uol.com.br

Resumo

Este artigo busca analisar a função ontológica do conhecimento científico sistematizado historicamente pelos homens, reafirmando que esse conhecimento tem sua gênese articulada com o trabalho, modelo de toda a práxis social. Tentamos, nesse sentido, demonstrar que o conhecimento científico é fundamental no processo de transformação da natureza para o atendimento das necessidades humanas, transformando, por conseguinte, o próprio homem. Em contraposição aos paradigmas dominantes na contemporaneidade, que apelam à fragmentação, ao empobrecimento e ao imediatismo no plano do conhecimento, defendemos, à luz da ontologia marxiano/lukacsiana, que a apropriação do patrimônio cultural produzido historicamente torna os indivíduos enriquecidos e, assim, capazes de contribuir para a elevação do próprio gênero humano.

Palavras-chave

Trabalho. Ser social. Conhecimento.

Abstract

The article aims to briefly analyze the ontological function of the scientific knowledge historically produced by mankind, reassuring that the knowledge thus conceived is genetically linked to the complex of labor, model of all social praxis. In this direction, we attempt to demonstrate that scientific knowledge is basic to

the process of transformation of nature in order to meet the needs of mankind, all the while, transforming the human beings themselves. Taking a stand against the current paradigms which appeal to knowledge fragmentation, impoverishment and immediatism, we defend, from the standpoint of Marxian-Lukacsian ontology, that the appropriation of the cultural achievements produced in the course of history enriches the individuals, in turn, contributing to the enhancement of human gender itself.

Key words

Labor. Social being. Knowledge.

Introdução

Este artigo consiste numa breve análise acerca da gênese e da função ontológica do conhecimento científico produzido historicamente pelo conjunto dos homens, que nasce articulado com o trabalho, modelo de toda a práxis social. A retomada da gênese ontológica do conhecimento é de importância fundamental, principalmente por dois motivos: o primeiro diz respeito à defesa contumaz do conhecimento cientificamente sistematizado como patrimônio cultural da humanidade, a qual deve ser professada por todos aqueles que assumem um projeto social e educacional voltado para a emancipação humana; o segundo vincula-se ao obstáculo criado pela luta de classes, sobretudo nos tempos hodiernos, acerca da articulação entre trabalho material e conhecimento, que apregoa a substituição do trabalho material pelo conhecimento como propulsor central da sociedade contemporânea, cujos preceitos são defendidos pelo denominado paradigma da sociedade ou economia do conhecimento. É nesse sentido que o esforço de ir às raízes ontológicas do conhecimento é primordial, pois, ao mesmo tempo em que buscamos colocá-las em evidência, pretendemos criticar o caráter

fugaz e mercantil atribuído ao conhecimento no atual contexto histórico¹.

O objetivo do referido artigo é, portanto, expor, a partir da crítica marxista, com o aporte fundamental da “Ontologia do Ser Social”², de Lukács, como o conhecimento

¹ Segundo Mészáros (2002), o capital vem atravessando, no último meio século, uma crise de caráter estrutural, devendo, nesse sentido, recorrer a medidas extremas na tentativa de recompor suas taxas de lucro. Nesse contexto, torna-se imprescindível para o sistema, dentre outras estratégias, o refinamento dos instrumentos de justificação ideológica de seu projeto reprodutivo, na forma de paradigmas que ocultem, com redobrado vigor, o complexo de determinações que respondem pela crescente barbárie social.

² Obra de maturidade de Lukács (1978), na qual o filósofo húngaro empreendeu o esforço investigativo de recuperar do legado marxiano os delineamentos de uma “ontologia de um novo tipo”, conforme afirmou na página primeira do texto “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”, ou seja, recuperou o caráter revolucionário da obra de Marx. A Ontologia do Ser Social está dividida em quatro capítulos: O Trabalho; A Reprodução; O Estranhamento; A Ideologia. Na ausência de uma edição dessa obra em Língua Portuguesa, lançamos mão, aqui, de traduções preliminares dos diferentes capítulos, a partir da edição em italiano, *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*, empreendidas por pesquisadores estudiosos de Marx e de Lukács, a exemplo de Ivo Tonei, Sérgio Lessa e Marteano Ferreira de Lima.

científico é basilar no processo de transformação da natureza para o atendimento das necessidades humanas, transformando, por conseguinte, o próprio homem.

Antes de iniciar o desenvolvimento propriamente dito do nosso tema, é necessário antecipar aqui o fato de que o mundo dos homens não está submetido às mesmas leis e aos mesmos processos ocorridos no mundo natural. Ambos, mundo natural e mundo dos homens, são regidos por suas próprias e distintivas leis. O primeiro regula-se por princípios próprios de movimento, independentes da consciência humana. O segundo é constituído historicamente sobre o imperativo da produção da existência material e espiritual através do trabalho, categoria que possibilitou ao homem o salto ontológico para além do determinismo biológico.

Partindo dessas considerações, é necessário reiterar que o ponto de partida da ontologia marxiana é que o “[...] *homem* efetivo, corpóreo, com os pés bem firmes sobre a terra, aspirando e expirando suas *forças naturais*” (MARX, 2006, p. 126, itálicos do autor), para existir, deve produzir sua própria existência visando à satisfação de suas necessidades socialmente postas. Conforme apontam Marx e Engels (1999, p. 39), o “[...] primeiro ato histórico é [...] a produção dos meios para a satisfação destas necessidades, [é] a produção da própria vida material”.

Na condição de atividade exclusivamente humana (MARX, 2004, p. 211), realizada dialeticamente na relação entre o homem e a natureza para a produção de coisas úteis à existência dos homens,

constitui-se o trabalho como categoria ineliminável do ser social, pois, como mencionado acima, os homens, para que possam existir, devem transformar constantemente a natureza. Em outras palavras, a produção da existência humana por meio do trabalho é a base insuprimível do mundo dos homens,

[...] condição fundamental de toda a história, que, ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

No entendimento de Marx, a história da humanidade passa pela relação entre sociedade e natureza. No entanto a história do homem não se esgota no desenvolvimento biológico, mas, longe disso, evolve do desenvolvimento das relações sociais, sendo que a tese central para a compreensão dessas relações sociais assume o trabalho como a atividade que articula subjetividade e objetividade na constituição dialética do ser social.

Sob esse prisma, Lukács (1981, p. 11) afirma que

[...] para entender em termos ontológicos corretos a reprodução do ser social, é necessário, de um lado, ter em conta que seu fundamento ineliminável é o homem com a sua constituição física, com a sua reprodução biológica; e, de outro, não perder jamais de vista que a reprodução se desenvolve num ambiente cuja base é certamente a natureza, mas que, não obstante, é sempre e cada vez mais modificado pelo trabalho, pela

atividade dos homens, da mesma forma a sociedade, na qual se verifica realmente o processo reprodutivo do homem, encontra cada vez menos já “prontas” na natureza as condições da própria reprodução as quais, ao contrário, ela cria mediante a práxis social dos homens.

Por articular mundo dos homens e natureza, o trabalho é, desse modo, o ato-gênese da humanidade do próprio homem, é o fundamento da evolução humana. É no trabalho, como assinala Lukács (s/d, p. 4), que estão “gravadas *in nuce* todas as determinações que [...] constituem a essência de tudo que é novo no ser social”. Isso significa dizer que o complexo do ser social funda-se no trabalho, e todos os outros complexos próprios desse ser já constituído mantêm com o trabalho uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa. É somente dessa forma que esses complexos poderiam cumprir sua função própria no processo de reprodução social.

É importante destacar que o entendimento da legalidade do homem como ser social não poderia jamais desprezar o vínculo perene que entrelaça homem e natureza. Assim, Marx (1964, p. 164) é enfático ao apontar que

A universalidade do homem aparece praticamente na universalidade que faz de toda a natureza o seu corpo *inorgânico*: 1) como imediato meio de vida; e igualmente 2) como objecto material e instrumento da sua actividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, isto é, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive

da natureza, quer dizer: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem são interdependentes significa dizer apenas que a natureza se interrelaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza. (grifos no original).

Lukács, por seu turno, reafirma que o trabalho é a protoforma originária do ser social, que o distingue das outras esferas do ser, porque representa o salto qualitativamente mais complexo que livrou os homens do determinismo biológico e lançou as bases para que estes se construam como indivíduos capazes de atividade livre e consciente, complexificando a própria sociedade.

Por meio do trabalho, o homem opera uma relação com a natureza para a constante criação do novo, tendo em vista o atendimento a seus carecimentos materiais e espirituais. Nesse processo, o homem produz objetivações transformando continuamente a realidade existente. Nas palavras de Marx (2004, p. 211),

Antes de tudo, o trabalho é um processo [...] em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos – a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza

externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Como é de conhecimento generalizado, segue-se a essa esmerada explicitação acerca do processo de trabalho como uma peculiar relação entre homem e natureza, a clássica passagem em que Marx lança sua exemplar comparação entre a aranha e a abelha *vis à vis* o tecelão e o arquiteto:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 2004, p. 211-212).

Conquanto a teia e a colmeia resultem das operações realizadas respectivamente pela aranha e pela abelha, em previsível perfeição, o trabalho, como atividade propriamente humana, eleva os menos que perfeitos tecelão e arquiteto para além do mutismo dos seres regidos pelo determinismo natural, construindo o ser social e, por decorrência, a práxis e a história humana. Nesse processo, o conhecimento desempenha um papel fundamental.

É o que tentaremos explorar, de forma necessariamente aproximativa, a seguir.

Sobre o lugar do conhecimento no processo de trabalho e na relação entre indivíduo e gênero

Figurar na mente um objeto antes de sua construção é o ponto de partida de toda objetivação, pois o trabalho nasce com o processo teleológico. Nos termos postos por Lukács, a modificação do existente, possível através do trabalho, não pode prescindir de uma articulação entre a teleologia, que é a prévia-ideação, e a causalidade dada, transformando-a em posta, numa incessante produção do novo. Em outras palavras, todo processo teleológico implica uma finalidade. Isso significa dizer que a teleologia é a antecipação da ação antes que o novo seja produzido na prática, como claramente expressa a citação de Marx supracitada. É a etapa do planejamento, da antecipação na mente como um determinado objeto será produzido e quais os materiais adequados a serem utilizados nessa produção – o que implica escolhas entre alternativas, potência da liberdade humana. Através da articulação entre teleologia e causalidade, o homem produz objetivações ao mesmo tempo em que produz a si mesmo, enriquecendo-se com a criação dos objetos.

O processo teleológico, como bem explicita Lukács, efetiva-se a partir de dois momentos distintos e entre si articulados: o primeiro é a posição do fim; o segundo, a busca dos meios. Este último tem ainda uma dupla função: a primeira é evidenciar as propriedades objetivas da causalidade, ou seja, pressupõe o conhecimento das leis que regem os processos naturais; a

segunda diz respeito às descobertas de quais são as novas funções possíveis de serem postas em movimento, o que exige escolha entre alternativas existentes para, assim, gerar novas conexões que resultem na posição de novos fins. Acerca desse segundo momento da posição teleológica, a busca dos meios, o filósofo húngaro aponta que essa busca dos meios

[...] para realizar o fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos e dos processos cujo movimento pode levar a alcançar o fim posto. (LUKÁCS, s/d, p. 13).

Com efeito, por ser uma atividade humana consciente, o trabalho torna o conhecimento importantíssimo para que a teleologia seja posta. Conforme as palavras do próprio Lukács (1978, p. 8), o

[...] trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios.

A prévia-ideação será realizada somente quando os homens identificam seus carecimentos, elaboram-nos em perguntas e, depois, objetivam-nos. Assim sendo, para a produção de novos objetos, o homem, no processo de trabalho para a produção de sua existência, precisa conhecer as leis da natureza – a parcela do real sobre a qual a prévia-ideação será objetivada, pois esse conhecimento é indispensável para o alcance do objetivo a ser atingido. A resposta aos carecimentos deve estar apoiada num reflexo correto da realidade,

o qual, porém, nunca será absoluto, sendo oportuno aqui ressaltar que o conhecimento científico da essência da realidade é sempre aproximativo.

Como toda objetivação traduz, inevitavelmente, uma transformação da realidade a partir de necessidades socialmente postas, nesse processo, surgem novas necessidades e, por conseguinte, novas habilidades para atendê-las, impulsionando a novas prévias-ideações e a novas objetivações. Em suma, todo ato de trabalho dá origem a uma nova situação tanto objetiva quanto subjetiva. Portanto, à luz dessa perspectiva, podemos afirmar que a história jamais se repete, fazendo surgir, pela via da posição dos fins e da busca dos meios, uma práxis do dever-ser.

Avançando um pouco mais adiante na análise ontológica, um “[...] dos resultados mais importantes a que chegamos é que os atos de trabalho, necessária e continuamente, remetem para além de si mesmos”, como afirma Lukács (1981, p. 1) no parágrafo segundo do capítulo “A Reprodução”. Acerca dessa característica fundamental do trabalho, de remeter para além de si mesmo, Lukács (1978, p. 9) assevera que

[...] o aperfeiçoamento do trabalho é uma de suas características ontológicas; disso resulta que, ao se constituir, o trabalho chama à vida produtos sociais de ordem mais elevada.

Nesse sentido, vale resgatar aqui alguns apontamentos de Lukács (1978, p. 8/9), que expressam com o máximo rigor a relação trabalho-conhecimento, apontando a relevância imprescindível para o avanço

da práxis social, do conhecimento sempre mais descolado do domínio imediato rumo a uma esfera ontologicamente mais universal e autônoma. Assim, referindo-se à complexidade implícita a esse processo de aperfeiçoamento, na forma da emergência de produtos sociais diversos, Lukács (1978, p. 9) destaca

[...] a crescente autonomização das atividades preparatórias, ou seja, a separação – sempre relativa – que, no próprio trabalho concreto, tem lugar entre o conhecimento, por um lado, e, por outro, as finalidades e os meios.

Esclarece, ademais:

A matemática, a geometria, a física, a química etc., eram originalmente partes, momentos desse processo preparatório do trabalho. Pouco a pouco, elas cresceram até se tornarem campos autônomos de conhecimento, sem, porém, perderem inteiramente essa respectiva função originária. (LUKÁCS, 1978).

Por fim, postula:

Quanto mais universais e autônomas tornam-se essas ciências, tanto mais universal e perfeito torna-se por sua vez o trabalho. Quanto mais elas crescem, se intensificam etc., tanto maior se torna a influência dos conhecimentos assim obtidos sobre as finalidades e os meios de efetivação do trabalho (LUKÁCS, 1978).

Lukács (1981) aponta, outrossim, que esses conhecimentos, sejam eles elaborados acerca dos homens ou dos objetos, têm um caráter social e alargam

o círculo de valores e de valorações que são sociais e possuem um grau de pureza cada vez mais elevado, o que culmina com um recuo crescente das barreiras naturais, não significando, por isso, independência absoluta em relação à base biológica.

Por esse caráter social do gênero humano, o conhecimento acumulado historicamente é, pois, generalizado, tornando-se útil tanto para a construção de novos objetos como para outras produções. Esse acúmulo de conhecimento é a mediação específica para que o homem aperfeiçoe num processo contínuo as próprias ferramentas, por isso a busca dos meios é o que promove a acumulação do conteúdo social da riqueza. Além disso, essa busca dos meios impulsiona a consciência humana para conhecer a realidade exterior, e a transmissão desse conhecimento às novas gerações é imprescindível para o desenvolvimento histórico cada vez mais universal dos próprios homens.

Sobre os instrumentos de trabalho, Marx (2004, p. 212) denominou-os “meios de trabalho”. Estes constituem a coisa da qual o trabalhador se apossa imediatamente para a produção dos objetos. De acordo com o pensador alemão, referidos meios de trabalho “[...] servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (MARX, 2004, p. 214). A fabricação de instrumentos de trabalho é tão importante para a história humana que Marx afirmou na mesma página que o “[...] que distingue as diferentes épocas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se

faz". Conforme demonstramos acima, ancoradas na ontologia marxiano/lukacsiana, a busca dos meios é o segundo momento do pôr teleológico na análise de Lukács, ou seja, é a consciência humana que estabelece os fins e busca os meios para que os fins sejam postos pelo trabalho – o que exige o conhecimento sempre aproximativo do mundo exterior.

O processo de reproduzir na consciência o mundo exterior do ser-precisamente-assim existente exige que o conhecimento a ser acumulado a partir da transformação do real deva ser, conforme assinalado acima, reflexo do próprio real, e não da subjetividade humana descolada do mundo objetivo. Enraizado no trabalho, o conhecimento do mundo exterior não poderia ser o fundamento da ciência se ele resultasse idealisticamente da subjetividade dos homens, visto que, se assim o fosse, perderia o caráter de universalidade, de patrimônio histórico da humanidade.

De acordo com Marx (1964, p. 196, grifos no original),

[...] enquanto *consciência genérica*, o homem confirma a sua *vida social* real e reproduz no pensamento apenas a sua existência real; da mesma maneira que, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica e existe para si, na sua universalidade, como ser pensante. O homem – muito embora se revele assim como indivíduo *particular*, e é precisamente essa particularidade que dele faz um indivíduo e um ser comunal individual – é de igual modo a *totalidade*, a totalidade ideal,

a existência subjetiva da sociedade enquanto pensada e sentida. Ele existe ainda na realidade como a intuição e o espírito real da existência social, como uma totalidade da manifestação humana da vida.

Assim sendo, o remeter-se para além de si mesmo do trabalho é a raiz da processualidade histórica dos homens, em que estes constituem a síntese da individualidade e da generalidade humana, ambas articuladas pelo conhecimento acumulado historicamente pela própria humanidade.

No processo de trabalho, pois, o homem parte de um conhecimento singular e imediato para um abrangente e mais genérico – abrindo possibilidades novas para o desenvolvimento social. Este é o primeiro nível de generalização.

Acerca da tendência à generalização dos atos singulares, Marx (1964, p. 163) aponta que

O homem é um ser genérico, não só no sentido de que faz objecto seu, prática e teoricamente, a espécie (tanto a sua própria como a das outras coisas), mas também – e agora trata-se apenas de outra expressão para a mesma coisa – no sentido de que ele se comporta perante si próprio como a espécie presente, viva, como um ser *universal*, e portanto livre (grifos no original).

Conforme Lukács (1981, p. 81),

[...] essa generalização – inseparável da criação de algo radicalmente novo, que não tem nenhuma analogia no processo reprodutivo da natureza, pois não é produzido espontaneamente

por forças “cegas” mas, ao contrário, é literalmente criado mediante uma posição teleológica consciente – transforma o processo e o produto do trabalho em um fato genérico, ainda que no imediato se trate de um ato singular. Exatamente porque esta generalidade está, de modo implícito, presente em germe já no processo e no produto do trabalho mais primitivo, pode surgir aquela dinâmica mais ou menos espontânea que, pelo trabalho, impele “inarrestavelmente” em direção à divisão do trabalho e à cooperação.

Acrescenta o filósofo húngaro (1981) que a generalidade retroage de forma contínua sobre o próprio trabalho – impondo-se cada vez mais em todo ato laborativo, modificando-o crescentemente em direção à mesma generalidade, ou, então, favorecendo a ampliação num grau progressivo de sociabilidade de cada trabalhador. A sociabilidade num grau crescentemente desenvolvido, por sua vez, influencia cada vez mais o pôr teleológico nos atos singulares dos indivíduos, elevando a humanidade a patamares sempre mais complexos.

Lukács (1981) afirma ainda que esse mundo humano

[...] aparece ao homem como uma espécie de segunda natureza, como um ser que existe completamente independente do seu pensamento e da sua vontade. [...] em termos ontológicos, [...] esta segunda natureza não é outra coisa senão uma transformação da primeira natureza realizada pelo próprio gênero humano, que ela se coloca frente ao homem que vive no

seu interior como produto da sua própria generalidade.

O segundo nível de generalização diz respeito ao fato de que o conhecimento acumulado torna-se patrimônio da humanidade. Acerca desse segundo nível, Lukács (1981, p. 117) adverte que é

[...] somente no contexto social objetivo [que] o processo e o produto do trabalho sofrem uma generalização que ultrapassa o indivíduo singular e que, todavia, é ligada à práxis e, mediante esta, ao ser do homem: exatamente a generalidade. Já que apenas na comunidade humana, mantida ao mesmo tempo pelo trabalho em comum, pela divisão do trabalho e pelas suas consequências, o mudismo natural do gênero começa a diminuir: o singular, também mediante a consciência de sua práxis, se torna membro (não mais mero exemplar) do gênero, o qual, porém, no início, é imediatamente posto com a comunidade dada e em tudo idêntico a ela.

Arremata Lukács (1981, p. 119) que todo ato teórico-prático humano contém em si elementos de singularidade e de generalidade. O trabalho, mesmo sendo uma atividade através da qual o trabalhador satisfaz necessidades imediatas, possui uma tendência à generalidade. Singularidade e generalidade são dois polos imbricados entre si, cuja tendência é o impulso à generalização num plano histórico-universal, ou seja, ao próprio ser-para-si. O autor acrescenta (LUKÁCS, 1981, p. 121) que o desenvolvimento da socie-

dade em nível cada vez mais histórico-universal impulsiona tanto o nascimento da individualidade existente-para-si no indivíduo singular quanto a constituição de uma humanidade consciente de si como gênero humano através de sua práxis, isto é, impulsiona o crescimento, no homem, de sua generalidade consciente.

O trabalho, porque se remete para além de si mesmo, suscita no homem capacidades e necessidades, as quais, por sua vez, proporcionam o surgimento de novas capacidades e necessidades. Assim, de um processo dialético entre perguntas e respostas, resulta que o homem que trabalha acumule tanto um *quantum* de riqueza material, como habilidades e conhecimentos que se universalizam, representando estes últimos a necessária articulação entre o indivíduo singular e a humanidade.

Em suma, são essas raízes ontológicas do conhecimento, articuladas necessariamente ao trabalho, que proporcionam o aperfeiçoamento do próprio trabalho e, por conseguinte, do próprio homem, cuja tendência é tornar-se cada vez mais universal.

Nota crítica conclusiva

Em consonância com os propósitos de nosso estudo, faz-se mister apontar que é, precisamente, a realização desse desenvolvimento da individualidade e da generalidade humana consciente, portanto, livre e universal, que é impedida pelo capital, cuja lógica repousa sobre a produção de mercadorias e, dentre elas, a mercadoria

humana. Sob a lógica da acumulação privada da riqueza, o ser é deformado e desumanizado física e espiritualmente (MARX, 1964), posto que não se coaduna aos interesses do capital a humanidade dos homens.

Assim é que, na esteira de Marx e Lukács, podemos asseverar, por conseguinte, que a deformação do corpo e da mente dos indivíduos, a dilaceração entre matéria e espírito, preside e marca o projeto de formação humana sob o capital. Nessa direção, a negação do conhecimento científico historicamente sistematizado e de interesse genuinamente social configura-se como uma necessidade para o capital, mormente em seu momento atual, de profunda crise histórica (MÉSZÁROS, 2002), como apontado no início deste estudo, colocando-se, em primeiro plano, conhecimentos fragmentados, superficiais, estreitamente atrelados à lógica do mercado e, ainda, cooptando-se as subjetividades que devem ser convencidas de que vivemos numa quadra histórica para além da centralidade do trabalho e dos conflitos de classe.

É contra essa desumanização, pois, que Marx (2004) dedicou grande parte da sua vida à elaboração de uma teoria que desvelasse a célula da sociabilidade burguesa e colocasse nas mãos dos homens a responsabilidade pelo desenvolvimento de sua própria história, uma história que tem a possibilidade de ser autenticamente humana. E é essa teoria que aponta, verdadeiramente, a possibilidade de superação do atual estado de coisas e a instauração de um patamar superior de sociabilidade. Nesse processo, a defesa do conhecimento

que permite a mais rigorosa aproximação do real, desde suas raízes onto-históricas, é de fundamental importância, porque é ele que possibilita ao homem o entendimento do mundo objetivo natural e humano, das leis que o regem e das possibilidades do vir a ser.

Referências

LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma: Riuniti, 1981. v. 2.

_____. Por uma ontologia do ser social. *O trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Mimeo.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1964.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *O Capital – crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro 1.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Recebido em abril de 2012

Aprovado para publicação em maio de 2012

